

20

CAPÍTULO

O FRACASSO ESCOLAR E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: MÚLTIPLOS OLHARES

*Stéfanne Vaz Jomar¹
Lorrany de Amorim Garcia²
Janaina Cassiano Silva³*

Resumo: Este artigo é fruto das atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 no estágio em Formação do Professor de Psicologia I e II. Uma das questões que nos despertou o interesse se refere ao fracasso escolar: será que a falha está no

¹ Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia, Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, Catalão/GO, Brasil.

² Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia, Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, Catalão/GO, Brasil.

³ Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia, Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, Catalão/GO, Brasil.

sistema educacional? No método de ensino-aprendizagem? Nesse sentido, objetivamos levantar questões relevantes sobre as possíveis causas do fracasso escolar, no que tange à escola, ao trabalho docente e ainda, ao convívio familiar. Este trabalho foi desenvolvido em uma sala de aula de 1º ano do Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de um município do sudeste goiano. Realizamos seis observações e a professora respondeu um questionário. Os dados coletados foram analisados à luz de autores que discutem o fracasso escolar em uma perspectiva crítica. Notamos que o estudo acerca do fracasso escolar é relevante para que possamos refletir sobre o processo de escolarização das crianças, a dinâmica familiar e a inserção na sociedade. Buscamos compreender que as relações humanas e de aprendizagem, produzidas e reproduzidas nos diversos contextos de atuação do psicólogo, não são originárias de uma essência individual proclamada pela égide liberal, mas originam-se da essência social dos homens em suas manifestações concretas e históricas.

Palavras-chave: Fracasso escolar. Professor. Aluno. Psicologia.

Abstract: This article is the result of activities undertaken during the year 2014 in Stage Formation of Professor of Psychology I and II. One of the issues that aroused the interest refers to school failure: does the fault lies in the educational system? The teaching-learning method? In this sense, we aim to raise issues about the possible causes of school failure, with regard to school, teaching and also family life. This study was conducted in one year classroom of elementary school from a public school in a city in southeast Goiás. We conducted six observations and the teacher answered a questionnaire. The collected data were analyzed in the light of authors who discuss school failure in a critical perspective. We note the importance of the study of school failure for us to reflect on the education process of children, family dynamics and integration into society. We seek to understand that human relationships and learning, produced and reproduced in the various contexts of the psychologist, do not originate from an individual essence proclaimed by liberal aegis, but originate from the social essence of men in their concrete and historical manifestations.

Keywords: School failure. Teacher. Student. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto das atividades desenvolvidas durante o ano de 2014 no Estágio em Formação do Professor de Psicologia I e II. Uma das questões que nos despertou o interesse se refere ao fracasso escolar: será que a falha está no sistema educacional? No método de ensino-aprendizagem? Será falta de motivação dos alunos? Ou mesmo um problema do convívio familiar? Esses questionamentos nortearão nossas reflexões acerca do fracasso escolar.

Estudar o tema do fracasso escolar no processo de ensino-aprendizagem é desafiador, já que se trata de uma temática complexa que envolve tanto a escola quanto a família e a sociedade. Geralmente, culpar o aluno é a alternativa mais viável para o fracasso escolar, sendo ele o principal agente. O aluno é apontado quase sempre como responsável, pois não quer aprender, não estuda ou não presta atenção na aula.

Nesse sentido, neste artigo objetivamos levantar questões relevantes sobre as possíveis causas do fracasso escolar, no que tange à escola, ao trabalho docente e, ainda, ao convívio familiar, promovendo uma discussão teórica pautada em autores que fazem uma discussão crítica do fracasso escolar, como: Aquino (1997), Patto (1999), Martins (2006), Sadalla et al. (2002), dentre outros que serão fundamentais para a construção do tema.

Segundo Machado et al. (2011),

[...] o fracasso escolar é um fenômeno que acontece nas escolas e, apesar de ser um fato conhecido de todos, não se tem pensado uma ação pedagógica eficiente na maioria das entidades escolares para intervir nesta realidade. Não depende só dos professores, mas de toda comunidade escolar, pais, coordenadores, pedagogos e demais colaboradores da instituição de ensino e principalmente de todos os alunos (MACHADO et al., 2011, p.10).

É fundamental que, diante da necessidade de se compreender o modo pelo qual o fracasso escolar é pensado, não nos esqueçamos de que as práticas pedagógicas e a formação de professores precisam ser levadas em consideração, tendo em vista que os profissionais da educação são parte integrante e fundamental na eficácia do processo de ensino-aprendizagem.

Concordamos com Saviani (2009) que considera a educação como instrumento de luta por meio do qual é possível proceder à crítica contra o modelo antagônico de sociedade por um lado e, por outro, instaurar o pensamento crítico que elabora um novo modelo societário.

Nessa perspectiva, o trabalho educativo, segundo Saviani (2005), é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Sendo assim, o objeto da educação refere-se, primeiro, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, posterior e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. Quanto ao primeiro aspecto “[...] trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório” (SAVIANI, 2005, p. 13). O segundo aspecto relaciona-se à “[...] organização dos meios (conteúdos, espaço, tempo e procedi-

mento) através dos quais, progressivamente, cada indivíduo singular realize, na forma de segunda natureza, a humanidade produzida historicamente” (SAVIANI, 2005, p. 14).

Assim, combater o fracasso escolar, bem como buscar maneiras de superar os problemas que contribuem para tal fenômeno, é um grande obstáculo a ser enfrentado. Para que isso aconteça é necessário um esforço conjunto de todos da sociedade, principalmente das secretarias de educação, para que assim a escola exerça sua função de transmitir conhecimento e formar indivíduos capacitados que poderão se posicionar criticamente, contribuindo para que esta se torne justa e democrática.

Dessa forma, dividimos este artigo em quatro partes. Na primeira traremos um breve resgate histórico do conceito de fracasso escolar. Em seguida, apresentaremos a metodologia desenvolvida a fim de ilustrar essas discussões no cotidiano escolar. Posteriormente, elucidaremos os resultados e discussões. Por fim, faremos algumas considerações.

2 RESGATANDO O CONCEITO DE FRACASSO ESCOLAR

O fracasso escolar é um problema bastante frequente nas escolas e tem gerado grande repercussão sobre qual seria sua origem no contexto educacional. As causas do fracasso escolar nem sempre estão ligadas somente a fatores pertencentes ao aluno, mas também à escola, que assume sua parcela de responsabilidade, pois tem o papel de transmitir o conhecimento e de ser a facilitadora daquilo que o aluno tende a absorver. O fracasso escolar não decorre somente das exigências da sociedade por uma excelente preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, mas sim de uma época em que o dinheiro no auge do poder e o padrão social alto são valores predominantes que fazem o indivíduo descarregar todas as suas dificuldades, obstáculos e desânimos na aprendizagem.

Segundo Bossa (2002), a noção de fracasso escolar surgiu a partir da escolaridade obrigatória durante o século XIX, em função das mudanças econômicas e estruturais da sociedade. O fracasso escolar era considerado uma resposta insuficiente do aluno a uma exigência ou demanda da escola. Por se tratar de um fenômeno que advém dos resultados das condições de interação de ensino e aprendizado com o contexto escolar e familiar, o fracasso escolar não é fácil de ser compreendido.

Para Patto (1999), o fracasso escolar é um termo bastante complexo que decorre de questões políticas, econômicas, sociais, históricas, e também das concepções de ensino-aprendizagem que fundamentam as práticas escolares. Pode-se dizer que “o fracasso que chamamos de escolar é uma fracasso que está além da correspondência aos ideais da escola expresso em notas, o que significa falar de

um fracasso permeado de muitos outros fracassos e vivenciado pelo aluno no interior da escola” (PALMA, 2007, p. 12).

Compreendendo que aspectos socioculturais, conflitos familiares, sistemas pedagógicos e deficiências intelectuais podem ser responsáveis pelo fracasso escolar, esse tema gera muitas discussões, seja pelas consequências no que tange ao processo avaliativo, seja pela evasão escolar, seja pela indisciplina. É comum culpar os agentes que participam da situação caótica vivenciada na educação.

Dessa maneira, o fracasso escolar é uma etapa difícil de ser superada, no entanto, a escola, sendo uma entidade que contribui para a formação do aluno, deve ser capaz de acompanhar sua trajetória, por meio da atribuição de valores que devem ser impostos ao contexto social do aluno.

Desde o surgimento do fracasso escolar, as atribuições dadas às possíveis causas do fracasso escolar foram muitas. De acordo com Felipe (2004), as formas de dificuldade que ocorrem no processo de aprendizagem do aluno, muitas vezes podem estar ligadas às dificuldades de aprendizagem condicionadas pela escola, pela família, pela própria criança e também pela educação.

As dificuldades de aprendizagem condicionadas pela escola têm uma ligação direta com as práticas e mecanismos invisíveis e excludentes da educação. Nunes (2000) diz que a escola está longe de alcançar os direitos educacionais assegurados por lei, devido ao seu modo de organização nos aspectos pedagógicos e ao modo como institui seus regulamentos e ritmos. Longe de assegurar o direito educacional, a educação básica avançou, mas não fez com que a escola se estruturasse para garantir esse direito, continuando como uma instituição seletiva.

Na maioria dos casos, ao fracasso na aprendizagem do aluno, são atribuídas questões vindas de profissionais da educação, que parecem esquecer que “[...] a criança [...] é um sujeito sempre tributário de instituições, ocupante de lugares e posições concretas [...]. É estudante de determinada escola, aluno de certo professor, filho de uma família específica, integrante de uma classe social, cidadão de um país” (AQUINO, 1997, p. 139).

A escola, muitas vezes, contribui de modo a elevar os sintomas que circundam a relação professor-aluno, seja pelo método educacional, seja pelos conflitos existentes no âmbito institucional que permeiam o ambiente escolar. O fracasso nem sempre tem suas raízes no indivíduo, mas envolve relações entre o cotidiano do aluno e seu convívio familiar.

No contexto escolar, o sujeito é monitorado, disciplinado e preparado para uma inserção na sociedade por meio da educação. A escola é um ambiente onde o aluno passa a maior parte do seu tempo, entretanto, o sistema educacional é mantido sob circunstâncias de controle e de correção de comportamentos. Nesse ambiente, o estudante vivencia situações de angústias e desilusões, devido aos

padrões adotados que priorizam o dinheiro e o reconhecimento social como elementos fundamentais a serem objetivados (CORDIÉ, 1996).

Nesse sentido, é lícito supor que o *pathos* do fracasso tão disseminado no cotidiano escolar constituiria a mais perfeita tradução de uma espécie de embotamento institucional da escola contemporânea. Isso significa dizer que a escola, na qualidade de instituição social, tem permitido que o seu rol de competências permaneça à deriva de outras instituições, com as quais compete historicamente pela “guarda” de nossas crianças (AQUINO, 1997, p. 139).

Aquino (1997) afirma que a escola tem ficado à deriva de outras instituições, despotencializando-se como instituição educativa, deixando-se capturar por demandas que não tem a ver com o seu papel principal e esperado. A escola, enquanto uma instituição repleta de saberes e práticas que visam instruir o aluno no decorrer da vida, deve assumir o seu papel e deixar de atuar como uma reprodutora do que já existe, com a função essencial de “[...] socialização do saber historicamente produzido tendo em vista a máxima humanização dos indivíduos [...] levando-se em conta que educar implica dada intenção, implica um efetivo posicionamento político-pedagógico, pressupõe tomada de decisões do educador, a todo o momento, a favor de algumas possibilidades e contra outras [...]” (MARTINS, 2006, p. 51).

É evidente que as práticas escolares têm uma grande participação na produção do fracasso escolar e o professor, enquanto um agente responsável por ensinar o aluno, tende, muitas vezes, a minimizar o interesse dos alunos em aprender, por meio de métodos de ensino-aprendizagem que, muitas vezes, têm-se apresentado falhos. Seja pelas técnicas de ensinamentos inadequadas, pela má formação profissional ou pela falta de domínio do conteúdo, o principal atingido é o aluno.

Não se pode negar que o professor também seja um dos agentes responsáveis pela construção do sucesso ou fracasso do aluno, porém, culpá-lo, não solucionará o problema. Para Sadalla et al. (2002, p. 50), o professor influi na aprendizagem do aluno de modo a fazer com que ele aprenda, porém, há uma “supervalorização da prática em detrimento da formação teórica”.

A falta de formação atinge o aluno de tal maneira que ele não consegue aprender e, então, fracassa, ele, muitas vezes, não consegue aprender a ler e nem a escrever, não sabe se socializar e muito menos conviver em sociedade. Problemas como esse são consequências da má formação docente, os quais circundam o cotidiano escolar do aluno e também o familiar. Saviani (1991 apud CAMPOS, 1997) acredita que os problemas de aprendizagem devem ser encarados como um produto das relações institucionais que refletem a estrutura da nossa sociedade.

Dessa maneira, a formação pode ser ressaltada como uma possível causa do fracasso escolar, pois é responsabilidade do professor, enquanto mediador do co-

nhecimento, assimilar os conteúdos escolares à realidade do aluno, fazendo com que ele compreenda o mundo a sua volta, pois “a competência não seria um saber ou uma atitude, mas sim a capacidade de mobilizar determinados saberes ou atitudes, esquemas de pensamento, como recursos para agir numa determinada situação, adaptando-se da melhor maneira a ela” (SADALLA et al., 2002, p. 60).

Outro problema que surge como um dos vários fatores causadores do fracasso escolar desta relacionado às condições de trabalho do professor. As más condições de trabalho, o grande número de alunos para atender, o baixo salário, dentre outros, são levados em consideração pelos professores com a alegação de que dessa maneira os educadores não possuem condições de realizar satisfatoriamente seu trabalho, tomando como medida a reprovação.

Assim como a escola e os modos de ensinar do professor, a família também é um fator muito importante que contribui para o fracasso escolar do aluno, pois ela influencia no desenvolvimento e no bem-estar de todos os seus membros, além de fazer uma mediação, entre o indivíduo e a sociedade, por meio de crenças e valores. O contato com a família possibilita a troca de informações sobre fatores que interferem na aprendizagem e aponta os caminhos mais adequados para ajudar a criança. Também torna possível orientar os pais sobre a importância e a influência que as relações familiares exercem no desenvolvimento dos filhos.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido em uma Escola Municipal de um município do sudeste goiano que oferece Educação Infantil (Jardim I e II) e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano no período vespertino e do 6º ao 9º ano no período matutino.

O espaço físico da escola se divide em dois blocos: no primeiro, localiza-se o setor administrativo (secretaria, coordenação e direção), a sala dos professores, a cozinha e os banheiros feminino e masculino; já no segundo, estão as salas de aula e a sala de informática.

Há uma área coberta entre o primeiro bloco e a cozinha na qual se encontram mesas que são usadas durante o lanche dos alunos e em algumas atividades. Ao lado da área coberta, há um pequeno espaço não coberto que os alunos utilizam no recreio. A área esportiva, destinada às aulas de educação física, fica ao lado da escola, porém, pertence ao bairro, sendo necessária a autorização para sua utilização.

Realizamos seis observações na escola, em específico em uma sala de 1º ano do Ensino Fundamental composta por 24 alunos, com idades entre seis e oito anos. Além das observações, a professora respondeu um questionário. As observações ocorreram semanalmente durante um período de quatro horas diárias.

Optamos por registrar as observações no formato de notas de campo, que significam “[...] o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 150). Ressaltamos que, na transcrição das informações das instituições, focalizamos o que seria relevante ao nosso estudo.

A sala de aula observada é de tamanho médio, tem duas janelas basculantes nas paredes laterais, uma lousa branca, um armário, carteiras e cadeiras para os alunos e uma mesa e uma cadeira para o professor. Não há recursos de som, vídeo e projeção na sala.

Devido às atividades relacionadas à rotina da escola, não foi possível entrevistar a professora, por isso optamos por um questionário, como instrumento de coleta de dados, composto por 18 perguntas as quais indagavam a respeito de sua formação, das atividades que realiza, de como ela vê a escola e participa dela, como é sua turma etc.

Vale destacar que foi solicitada a leitura e assinatura por escrito do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nessa ocasião, também foram fornecidos esclarecimentos quanto ao estudo e seus objetivos, garantia de anonimato, informações sobre o questionário, entre outros assuntos, uma vez que o estudo se pautou nos cuidados éticos preconizados pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996).

Os dados coletados foram analisados à luz de autores que discutem o fracasso escolar em uma perspectiva crítica, tais como: Aquino (1997), Patto (1999), Martins (2006), Sadalla et al. (2002) dentre outros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pais e professores devem ser parceiros no processo educacional das crianças. Esse tipo de situação pôde ser vista na Escola Municipal, pois, segundo a professora, em todas as reuniões de pais, eles sempre estão presentes, procurando se informar a respeito da formação de seus filhos.

No contato com a professora, percebeu-se também que ela conhece bem as crianças, as famílias e o contexto no qual estas estão inseridas. Como exemplo, podemos citar um de seus alunos, cujos pais são usuários de drogas. Essa criança, às vezes, vai para a escola sem o caderno, porque os pais o utilizam para o consumo de drogas. Devido a essa situação, a criança recebe maior atenção da professora para que não fique prejudicada nos estudos. Mediante o relato da professora, percebeu-se que ela busca investigar as causas das dificuldades dos alunos, tornando-se uma ponte de diálogo entre pais, alunos e escola.

Quanto à formação docente, de acordo com o questionário, identificamos que a professora possui duas graduações (História e Pedagogia) e atualmente faz mestrado em História, ou seja, é uma professora que busca se atualizar e levar novos conhecimentos para a sala de aula, a fim de sanar as dúvidas dos alunos. Ademais, a partir das observações, notamos que a professora se preocupa com as dificuldades de seus alunos.

No que se refere à avaliação escolar, a professora respondeu que o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC)⁴ é uma forma de avaliar se os alunos estão ou não aprendendo o conteúdo, como está sendo o desempenho de cada um em sala de aula, nas tarefas de casa, nos simulados, nos ditados e a participação das atividades em sala.

Com relação à atuação da psicologia na escola, a professora apontou que essa área é importante e que muito contribui para o aprendizado e relacionamento entre alunos e professores dentro da escola.

Diante do exposto, fica claro que não é possível conhecer e compreender um aluno desconsiderando o ambiente no qual ele está inserido, pois esse ambiente exerce grande influência no modo como o aluno se comporta na escola, na sociedade e no modo estabelece relações com outros indivíduos.

Quando a criança recebe um bom estímulo em casa e os pais acompanham todo o processo educacional, auxiliando nas tarefas de casa, comparecendo às reuniões e mantendo diálogo com os professores, o desempenho escolar se torna satisfatório. Já quando os pais são ausentes ou quando a criança tem um vínculo familiar ruim, a criança pode apresentar autoestima prejudicada e distúrbio na aprendizagem (SCOZ, 1994).

Se algumas vezes, as famílias não têm correspondido ao que os educadores esperam, é preciso conhecer as razões que motivam esse distanciamento. Portanto, a escola e os educadores precisam atentar a essa situação. À escola, cabe a responsabilidade de dar continuidade ao aprendizado, colaborando para que o aluno possa ter um desenvolvimento pleno tanto dentro da escola quanto no ambiente familiar e nos demais lugares que frequenta. “A escola tem um efeito maior se a família contribuir para o seu trabalho escolar, entretanto é necessário que os alunos, que não têm famílias que contribuem suficientemente para o seu sucesso, tenham da escola o apoio necessário. A escola não pode apenas culpabilizar o aluno e sua família pelo insucesso. É preciso dar a todos os alunos o direito de aprender” (PIPINO et al., 2011, p. 4).

⁴ O HTPC ocorre quinzenalmente, no período noturno, de quatro horas, com todos os professores das escolas municipais que são divididos por série. Os professores utilizam esse horário para discutir as atividades que serão desenvolvidas com as turmas.

Conforme Scoz (1994), grande parte dos problemas de aprendizagem advém da condição social do aluno, porém, é importante que a baixa renda familiar não seja utilizada como justificativa para o insucesso na escola, pois muitas escolas acabam fazendo esse tipo de culpabilização para eximir de qualquer responsabilidade sua organização didático-pedagógica, seus agentes e suas condições internas.

A fim de amenizar o fracasso escolar, emergiu uma nova forma de pensá-lo que encontrou no campo da medicina as causas e as respostas para o fracasso do aluno na escola. Essa alternativa é conhecida como medicalização. Assim, encontrou-se uma maneira de desresponsabilizar o sistema sociopolítico voltando a culpabilização para o sujeito. Para isso, foram envolvidos profissionais de diversas áreas do conhecimento com a finalidade de encontrarem as causas da não aprendizagem do aluno. O termo medicalização, logo foi substituído por outro mais coerente, chamado de patologização (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2011).

A patologização do fracasso escolar ocorre devido as causas médicas serem consideradas causas do fracasso escolar. Entre as patologizações estão a desnutrição, que é mais diagnosticada em crianças da classe trabalhadora, e as disfunções neurológicas. O crescente índice de “patologias”, que possivelmente provocariam o fracasso escolar, tem levado à rotulação de crianças normais e à desvalorização do professor que, não sabendo lidar com tantas *patologias* e *distúrbios* que surgem, deixam essas questões para as responsabilidades médicas (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 2011).

Os professores e pais dos alunos se contentam com o diagnóstico da criança e, em muitos casos, não demonstram interesse em tentar encontrar a causa do fracasso e sua possível solução. O que se percebe nesse contexto é que como se acomodam com o diagnóstico da criança, o uso de medicamentos se torna frequente.

O aluno, muitas vezes, por não conseguir aprender, se sente excluído da escola, acreditando que é incapaz e que nunca irá aprender. O pior é que muitos professores, colegas, profissionais da escola, e ainda a própria família, reforçam esse tipo de situação, alegando que o aluno não sabe escrever, não sabe ler, que é burro, não quer aprender, tem preguiça, ou mesmo que nunca irá ser como os demais colegas. Rotular o aluno como um ser destituído de saber, repleto de dificuldades e desinteresse, é uma forma de elevar cada vez mais o preconceito e acentuar o fracasso escolar.

Nesse sentido, ao centrarmos as causas do fracasso escolar na criança, ou em sua família, ou no professor, estamos fazendo coro com os discursos que culpabilizam a vítima. Isso impossibilita o avanço de discussões na tentativa de transformação da instituição escolar e da prática pedagógica. Além disso, ao culpabilizarmos a vítima, fortalecemos a estigmatização dessas crianças “[...] inicial-

mente sadias, que incorporam o rótulo, sentem-se doentes, agem como doentes. Tornam-se doentes. Compromete-se sua autoestima, seu autoconceito e aí sim, reduzem-se chances de aprender” (COLLARES; MOYSÉS, 2011, p. 208).

Collares e Moysés (2011) também ressaltam a importância de se investir na formação do professor, o que permitirá ao educador a apropriação dos conhecimentos científicos, como apontado por Saviani (2005). Entretanto, Collares e Moysés (2011, p. 212) destacam que se faz necessário que essa formação docente interfira no cotidiano escolar.

“Ser capaz de elevar à esfera do mundo humano-genérico, suspendendo a vida cotidiana e suas infundáveis solicitações, e daí ser capaz de transformar seu próprio cotidiano é essencial se pretendemos ser sujeitos de nossa própria história” (COLLARES; MOYSÉS, 2011, p. 212).

“As crianças, em sua maioria filhas de famílias da classe trabalhadora, acabam sendo avaliadas como desajustadas, desequilibradas, deficientes mentais, portadoras de distúrbios emocionais ou neurológicos, hiperativas, apáticas, traumatizadas, com disfunção cerebral mínima e tantos outros rótulos” (ASBAHR; MARTINS; MAZZOLINI, 2011, p. 166).

A sensação de não pertencer à escola faz com que o aluno desenvolva um sentimento de inferioridade em relação aos demais colegas, o que impossibilita seu desenvolvimento escolar e sua capacidade de aprender. O fracasso do aluno, por essa perspectiva, “[...] não pode ser entendido como problema que se encerre no aluno, concebido como ser natural ou social/natural. Deve ser compreendido como um processo construído nas relações escolares, nas histórias de vida das pessoas envolvidas, nas relações institucionais e no contexto maior da estrutura social, como produto da história” (ASBAHR; MARTINS; MAZZOLINI, 2011, p. 170).

Destacamos que em muitos casos o resultado do não aprender pode também estar relacionado ao fato de que em muitas escolas não se tem um profissional capacitado que atenda a demanda escolar, seja ela proveniente dos alunos, professores, pais etc. Nesse sentido, é relevante a presença do psicólogo escolar na escola, já que esse profissional está capacitado para refletir acerca dessas questões e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, visando ao desenvolvimento integral dos alunos e ao diálogo permanente entre pais, professores, equipe pedagógica e demais agentes envolvidos no processo educacional.

O psicólogo escolar, de acordo com Asbahr, Martins e Mazzolini (2011, p. 166) deve “[...] ser capaz de superar a culpabilização do aluno, deve pautar-se na análise da instituição educativa e no exame da eficiência e da qualidade do processo educacional”, atuando na escola juntamente com a equipe escolar e sendo capaz de intervir na subjetividade do aluno de modo que ele possa aprender, e

ainda, estar apto a compreender as relações escolares, como é o espaço escolar e seu modo de funcionamento, e, mais, saber se há preconceitos que circundam o aluno nesse ambiente.

Nesse sentido, é fundamental a presença do psicólogo na escola para que ele possa juntamente com a equipe pedagógica da instituição e com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação compreender as questões que envolvem as políticas educacionais e suas implicações para o trabalho na instituição. “Os profissionais buscarão formas que, efetivamente, propiciem o processo de apropriação do conhecimento e as transformações nas relações sociais” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 57). Ou seja, o psicólogo inserido em contextos educativos poderá auxiliar na construção de uma prática pedagógica voltada à humanização e à emancipação humana.

Ademais, o psicólogo, nos âmbitos da educação, da saúde e do social, deve pautar a sua prática na luta por uma escola democrática, de qualidade. “Este compromisso é político e envolve a construção de uma escola participativa, que possa se apropriar dos conflitos nela existentes e romper com a produção do fracasso escolar” (SOUZA, 2011, p. 65).

Concordamos com Meira (2003) que não é suficiente apenas a intenção de construção de uma Psicologia mais comprometida com a finalidade de transformação. “Uma análise mais detida da produção teórica da área indica claramente que o discurso da crítica muitas vezes não passa de uma adesão, sem maiores significados e consequências, a uma tendência que tem sido considerada como atual ou mesmo ‘moderna’” (MEIRA, 2003, p. 13).

Assim, pesquisas que busquem compreender as complexas relações que se manifestam no interior da escola, são necessárias para que se atente para o todo, “[...] ao invés de constituir-se em fragmentos de Psicologia Diferencial, da Aprendizagem, ou do Desenvolvimento emocional, social ou cognitivo, aplicados ao conhecimento de um aluno abstratamente considerado” (LOUREIRO, 1997, p. 456).

Outra possibilidade de atuação do psicólogo é o atendimento às queixas escolares no âmbito da clínica, mas para que esta alternativa venha a funcionar, superando as dificuldades das práticas tradicionais, é preciso compreender a sociedade na qual a criança está inserida, indo além do grupo familiar.

Afirmamos que:

Fazer com que a superação da situação de fracasso aconteça dentro desses parâmetros, se essa possibilidade existir sem violentar o tempo psicológico, deve constituir-se numa meta de trabalho terapêutico, uma vez que sabemos o quanto enfrentar uma repetência ou avançar na carreira escolar sem a aquisição dos conhecimentos e competências correspondentes [...] costuma ser uma situação que tende a dar salto sem seu potencial enlouquecedor a cada passagem de série (SOUZA, 2006, p. 315).

Nesse sentido, a Psicologia Escolar não deve se limitar a enxergar apenas o sujeito psicológico ou o contexto educacional, “mas nos voltamos para a compreensão das relações entre os processos psicológicos e os pedagógicos, ou, em outras palavras, para a compreensão do encontro entre a subjetividade humana e o processo educacional” (MEIRA, 2003, p. 55).

5 CONCLUSÃO

Neste estudo buscamos apresentar os múltiplos olhares acerca do fracasso escolar, resgatando o conceito e, destacando, a partir de pesquisa de campo, possíveis fatores que o influenciam. Notamos que a escola, a família e o professor não podem ser culpabilizados, em separado, pelo não aprender dos alunos, uma vez que estes estão interligados no processo e ensino-aprendizagem.

Percebemos o quanto é relevante o estudo acerca do fracasso escolar para que possamos refletir sobre o processo de escolarização das crianças, a dinâmica familiar e a inserção na sociedade. Nesse sentido, não cabe apontar culpados, mas sim analisar a questão de forma crítica. Toda a sociedade é responsável pela aprendizagem e pelo desenvolvimento de suas novas gerações, e, para isso, estruturas educacionais e eficientes precisam ser elaboradas, com a meta de trazer para o sistema escolar, e, conseqüentemente, para o processo de ensino-aprendizagem, inovação, autonomia e desenvolvimento integral.

À guisa de conclusão, buscamos compreender que as relações humanas e de aprendizagem, produzidas e reproduzidas nos diversos contextos de atuação do psicólogo, não são originárias de uma essência individual proclamada pela égide liberal, mas originam-se da essência social dos homens em suas manifestações concretas e históricas.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. *Erro e fracasso na escola*. São Paulo: Summus, 1997.
- ASBAHR, F. da S. F.; MARTINS, E.; MAZZOLINI, B. P. M. Psicologia, formação de psicólogos e a escola: desafios contemporâneos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 165-171, 2011.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOSSA, N. *Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 0196/96, de 10 de outubro de 1996 que estabelece as normas para pesquisa com seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 de outubro de 1996.
- CAMPOS, L. M. L. *A rotulação de alunos como portadores de distúrbios ou dificuldades de aprendizagem: uma questão a ser refletida*. São Paulo: Série Ideias, 1997.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. Preconceitos no cotidiano escolar: a medicalização do processo. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; grupo interinstitucional queixa escolar. **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 193-214, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR. **Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

CORDIÉ, A. **Os atrasados não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FELIPPE, C. I. M.de. **Investigação das causas do fracasso escolar nas escolas públicas da zona urbana da cidade de Rio Grande**. 2004. Disponível em: <http://biblioteca.ucpel.tche.br/tedesimplificado/tdc_busca/arquivo.php?codArquivo=191>. Acesso em: 4 jul. 2014.

LOUREIRO, M. C. S. Psicologia escolar: mera aplicação de diferentes psicologias à educação. In: PATTO, Maria Helena Souza (Org.). **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 449-458, 1997.

MARTINS, L. M. Implicações pedagógicas da escola de Vigotski: algumas considerações. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; MILLER, S. (Org.). **Vigotski e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas**. Araraquara: Junqueira & Marin, p. 49-61, 2006.

MEIRA, M. E. M. Construindo uma concepção crítica de psicologia escolar: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia sócio-histórica. In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (Org.). **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 13-78, 2003.

NUNES, C. do S. C. A função social da escola e sua relação com a avaliação escolar e os objetivos de ensino. **Trilhas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 56-65, 2000.

PALMA, R. C. de B.. **Fracasso escolar: novas e velhas perspectivas para um problema sempre presente**. 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escola: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PIPINO, J. C. A. et al. **Família, sucesso e fracasso escolar: algumas anotações a partir da literatura**. 2011. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0729_1089_01.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2014.

SADALLA, A. M. F. de. et al. Psicologia, licenciatura e saberes docentes: identidade, trajetória e contribuições. In: AZZI, R. G.; SADALLA, A. M. F. de (Org.). **Psicologia e formação docente: desafios e conversas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 47-91, 2002.

SAVIANI, D. **Educação: Do senso comum à consciência filosófica**. 18. ed. Campinas:

Autores Associados, 2009. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SOUZA, M. P. R. de. Retornando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar: a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; grupo interinstitucional queixa escolar. **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 57-68, 2011.

